

A relação entre a identidade narrativa de Paul Ricouer e a identidade política de Hannah Arendt

Edilene Maria da Conceição
(IPTAN/FUPAC - São João del Rei–MG – Brasil)
edilmc@mgconecta.com.br

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Geórgia Cristina Amitrano
(UFU – Uberlândia-MG - Brasil)

Resumo: Tanto Ricouer quanto Arendt acreditavam que qualquer postura do sujeito no mundo e diante de si é comprometimento, é ação ética, é identidade. E o outro é condição *sine qua non* da identidade do sujeito. O problema filosófico da identidade narrativa é analisado neste trabalho de forma a apresentar a solução às principais aporias do problema filosófico tradicional da identidade pessoal, na qual se questiona sobre o critério essencial no reconhecimento de nós próprios ao longo do tempo. A questão da identidade narrativa e da identidade política terá como ponto de partida, neste trabalho, a questão do conceito de identidade narrativa em Paul Ricouer. Segundo, a mesma problemática será abordada, de forma a ressaltar a questão da pluralidade e da eticidade no pensamento de Ricouer e Hannah Arendt. Por fim, a temática central se fechará com a questão da promessa sobre a ótica dos dois pensadores.

Palavras-chave: Identidade narrativa; Identidade política; Eticidade.

1. Considerações iniciais

Compreender o homem e sua relação com a História que ele constrói de si mesmo e do mundo tem sido uma questão importante analisada pela corrente neoaristotélica.

Como identificar o homem e sua alteridade dentro da pluralidade do espaço público? Compreender a história e a narração de quem a faz, é compreender o homem e sua relação com o mundo.

Tanto Ricouer quanto Arendt acreditavam que qualquer postura do sujeito no mundo e diante de si é comprometimento, é ação ética, é identidade. E o outro é condição *sine qua non* da identidade do sujeito. Não existe ética se não existe o outro, figura absoluta da alteridade.

O problema filosófico da identidade narrativa é analisado neste trabalho de forma a apresentar a solução às principais aporias do tradicional problema filosófico da identidade pessoal, na qual se questiona sobre o critério essencial no reconhecimento de nós próprios ao longo do tempo.

A maneira de definir a identidade pessoal pode fracassar. Mas, o elemento do caráter da permanência da personalidade, o modo de determinar o que fica na maneira de ser da pessoa tem sua dualidade e objetividade, e tem, também, caráter reflexivo.

A questão da identidade narrativa e da identidade política terá como ponto de partida, neste trabalho, a questão do conceito de identidade narrativa em Paul Ricoeur. Em seguida, a mesma problemática será abordada, de forma a ressaltar a questão da pluralidade e da eticidade, no pensamento de Ricoeur e Hannah Arendt. Por fim, a temática central se fechará com a questão da promessa sobre a ótica dos dois pensadores.

2. Identidade narrativa em Paul Ricoeur

O problema filosófico da identidade narrativa é tratado por Paul Ricoeur de forma bastante profunda em diversos momentos de sua obra. Para delimitar a noção de identidade narrativa, é preciso delimitar o tipo de identidade a qual o ser humano acede graças à mediação da função narrativa.

Para Ricoeur, existem dois grandes conjuntos narrativos: a narrativa histórica e a narrativa de ficção. Ele formulou a hipótese segundo a qual a constituição da identidade narrativa, seja de uma pessoa individual, seja de uma comunidade histórica, era o lugar procurado para a fusão entre o histórico e o ficcional. Para ele, as “histórias da vida” tornam-se mais inteligíveis quando lhes são aplicados modelos narrativos – por exemplo, as intrigas, extraídas da história e da ficção (drama ou romance). A autobiografia confirma esta sua intenção:

Parece, pois, plausível ter como válida a cadeia seguinte de asserções: o conhecimento de si próprio é uma interpretação - a interpretação de si próprio, por sua vez, encontra na narrativa, entre outros signos e símbolos, uma mediação privilegiada, - esta última serve-se tanto da história como da ficção, fazendo da história de uma vida uma história fictícia ou, se se preferir, uma ficção histórica, comparáveis às biografias dos grandes homens em que se mistura a história e a ficção (RICOUER, 2000, p. 2).

A identidade, portanto, é a identidade narrativa. Não há como compreender a identidade pessoal sem o auxílio da narração, pois o sujeito tem a possibilidade de construir sua própria narrativa.

Ricoeur fez uma análise detalhada da diferença fundamental entre os dois usos principais do conceito de identidade: a identidade como mesmidade (latim *idem*) e a identidade como si-próprio, ipseidade (latim *ipse*). Ipeidade não é a mesmidade. Ricoeur procura mostrar a profunda diferença entre pensar-se a identidade pessoal em termos de mesmidade e ipseidade. A mesmidade encontra-se subjacente a noção latina de *idem*, que expressa a identidade alcançada a partir da

permanência substancial no tempo; pelo contrário, o conceito de ipseidade implica um outro tipo de identidade, enquanto *ipse*, que se constrói a partir da temporalização de si próprio. Para ele, essa diferença não é meramente semântica e, sim, ontológica. O ser enquanto *idem* e o ser enquanto *ipse* não são coincidentes, ambos se entrecruzam.

O *idem* traduz a neutralização impessoal de uma existência (o indivíduo não como pessoa, mas como entidade neutra). Esta é uma identidade estática, atemporal, abstrata. O *ipse* manifesta a presença a si próprio de uma pessoa. Esta é uma identidade dinâmica, temporal, que inclui mudanças.

A identidade como mesmidade possui, para Ricoeur, quatro sentidos fundamentais: o primeiro é a forma numérica, isto é, a identidade como unicidade, como reidentificação do mesmo. O segundo sentido dá-se a partir da idéia de semelhança extrema. Quando não somos capazes de discernir a diferença entre dois objetos numericamente diferentes, dizemos que eles são idênticos por semelhança. Mas, o fato de não sermos capazes de discernir a diferença não significa que ela não exista; significa que a identidade por semelhança nunca pode ferir a identidade específica subjacente à identidade numérica. O terceiro sentido é introduzido por Ricoeur como ideia de identidade como continuidade, isto é, o fator tempo como princípio intrínseco de identidade. É a continuidade ininterrupta no desenvolvimento de um ser entre o primeiro e o estado da evolução.

Assim, dizemos de um carvalho que ele é o mesmo da semente à árvore na força da idade, da mesma forma, de um animal, do nascimento à morte, e mesmo do homem enquanto amostra da espécie, do feto ao velho, a demonstração desta continuidade funcional como critério anexo do da similitude ao serviço da identidade numérica. O contrário da identidade tomada neste terceiro sentido é a descontinuidade. Ora, com este terceiro sentido, entrou em linha de conta a mudança no tempo (*Ibidem*, p. 3).

Por fim, aparece o quarto sentido, a permanência no tempo, isto é, permanecer apesar do tempo. Não é meramente o reconhecimento de um ser ao longo do tempo, mas, antes de sua projeção numa existência substancial que se esquia e subtrai ao tempo.

O ponto de partida para o entendimento da noção de ipseidade, de si-próprio, dá-se na questão “*quem*”, distinta da questão “*o quê*”. Responder à questão “*quem*” é contar a história de uma vida. A história que é narrada apresenta o agente da ação. Chama-se de “*adscrição*” (*ascription*) o assinalar de uma agente a uma ação. Aqui acontece o corte, não meramente gramatical, epistemológico ou lógico, mas ontológico, que separa *idem* de *ipse*. É a esfera do

“*Dasein*” que se caracteriza pela capacidade de se interrogar sobre seu próprio modo de, assim, relacionar-se ao ser enquanto ser, noções como “ser no mundo”, “ser-com”. O si próprio encontra-se em interseção com o mesmo num ponto preciso: a permanência no tempo. O mundo pode vir a mudar, mas permanece a ipseidade. A identidade do sujeito não depende de qualquer fator externo.

Para Ricoeur, portanto, a narrativa constrói o caráter durável de um personagem, que se pode chamar de identidade narrativa, construindo o tipo de identidade dinâmica, próprio à intriga que faz a identidade do personagem.

É, pois, em primeiro lugar, na intriga que é necessário procurar a mediação entre permanência e mudança, antes de poder aplicá-la à personagem. A vantagem deste desvio pela intriga é que ela fornece o modelo de concordância discordante sobre a qual é possível construir a identidade narrativa do personagem. A identidade narrativa da personagem só poderá ser correlativa da concordância discordante da própria história (*Ibidem*, p. 6).

A mediação narrativa sublinha o caráter notável do conhecimento de si próprio: ser uma interpretação de si próprio. Se não é possível um conhecimento direto de nós próprios, nada nos impede uma mediação interpretativa de nós mesmos, através do uso de uma linguagem narrativa.

3. Dimensão plural e ética da identidade em Ricoeur e Arendt

A identidade narrativa em Ricoeur não é meramente descritiva; tem uma dimensão moral, de engajamento, de compromisso. O sujeito dessa identidade pode ser reconhecido no tempo, apesar das transformações.

A identidade narrativa é categoria da ação e não da imaginação ou vontade. A decisão do sujeito dizer “este aqui sou eu” é responsabilidade ética da ipseidade. É, portanto, provida de dimensão normativa, valorativa e descritiva. A visão de si e do mundo, que o sujeito da narrativa impõe, é persuasiva, não é eticamente neutra, mas, possibilita uma nova visão do mundo e de si mesmo. Há, nesse momento, a pretensão à correção ética. É o leitor (ou escritor) quem fará a escolha da melhor “leitura”.

Não se pode deixar de levar em conta, também, as aporias na maneira de definir essa identidade. A intenção de defini-la pode fracassar. O elemento do caráter, da permanência da personalidade, o modo de determinar o que fica na maneira de ser, tem uma dualidade e uma objetividade; é reflexiva.

A ficção narrativa lembra que a ipseidade e a alteridade são dois existenciais correlativos. O si próprio constitui-se na relação com a alteridade. “Não somos o mundo, mas somos com o mundo”. Ricoeur tem na sua tese da identidade narrativa, o modelo que não dissocia o si-próprio da experiência da alteridade – do “ser no mundo”, do ser “com”, de Heidegger. Maurice Merleau-Ponty fala da liberdade nos termos de um sujeito que é “motivado” (ao invés de “determinado”) e que “assume” as motivações numa “situação”. A pessoa vive, e para isso, precisa agir sobre o mundo; é sujeito ao mundo do mesmo modo que é sujeito do mundo e o mundo age sobre ele. A tarefa da liberdade, para ele, é assumir “esta” e “aquela” situação, ou seja, aquilo em que o mundo nos motiva. É preciso, diz Ricoeur, que a identidade pessoal seja uma mediação: é isso que possibilita “um si-próprio figurado - que se figura tal ou tal”, ou seja, não definitivo, que possa “apropriar-se” do mundo, mudar e permanecer, nos seus horizontes.

Hannah Arendt também acreditava que só o homem era capaz de comunicar a si próprio, não como mera comunicação de alguma coisa, mas, comunicação de si, no mundo. Acreditava que é no discurso e na ação que os homens podem distinguir-se, ao invés de permanecerem apenas diferentes. “É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano” (ARENDDT, *A condição humana*, 1989, p. 189).

Para Arendt, é na palavra falada e descrita que o sujeito se identifica, anuncia o que fez, faz e pretende fazer. Como disse Platão, “a *lexis* (o discurso) é mais fiel à verdade que a *práxis*”. (*Ibidem*, p. 191). Nenhuma atividade humana precisa tanto do discurso quanto a ação:

Na ação e no discurso, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se no mundo humano, enquanto suas identidades físicas são reveladas, sem qualquer atividade própria, na conformação singular do corpo e no som singular da voz. Esta revelação de “quem”, em contraposição “o quê” alguém é – os dons, qualidades, talentos e defeitos que alguém pode exhibir ou ocultar – está implícita em tudo o que se diz ou faz. Só no completo silêncio e na total passividade pode alguém ocultar quem é (...) (ARENDDT, *A condição humana*, 1989, p. 192).

Para Arendt, a qualidade do discurso e da ação são possíveis quando as pessoas estão “com outras” no gozo da convivência humana. Para ela, a ação consiste no agir político, em um espaço comum a todos, o que pressupõe a existência da igualdade entre os indivíduos. Não há uma igualdade no sentido de semelhança, mas uma igualdade de desiguais, uma igualdade enquanto ser humano, uma igualdade que possibilita a revelação das diferenças, pois, os seres iguais são capazes

de agir e, através da ação, dão conta de sua singularidade. Quando não há convivência, não ocorre a revelação do agente e, não havendo esta revelação, a ação perde seu caráter específico de ser um meio e não um fim.

Arendt acreditava que a ação tem uma responsabilidade moral, apesar de residir em si mesma. Apesar da alteridade reflexiva da moral, de ser solitária, não é solipsista. A responsabilidade coletiva (política) passa primeiro pela responsabilidade individual (pessoal) – pensar e julgar.

Hannah Arendt, em seu pensamento, sempre relevou a ação e o posicionamento coletivo como possibilidade de “*epifania*” do homem. Sua rebeldia intelectual distanciava-se de qualquer acomodamento. Para Arendt, o espaço político e a liberdade vivida em seu interior requerem a existência do outro, ou seja, requerem estar com os outros. É nessa pluralidade, onde a condição é permanecer com os outros, que o homem forma sua identidade¹. A teoria política de Hannah Arendt está centrada na afirmação de que a “*raison d’être*” da política é a liberdade, e seu domínio da experiência é a ação. Quando se perde a possibilidade de existência de um espaço público, perde-se qualquer liberdade. Newton Bignotto, comentando Arendt, afirmou que “a liberdade política se expressa num mundo no qual a pluralidade é parte essencial e produto da ação contínua dos homens” (MORAES; BIGNOTTO, 2001, p. 118).

4. A questão da promessa em Ricouer e Arendt

Ricouer edificou uma fenomenologia hermenêutica da pessoa constituída a partir de quatro estratos centrais: linguagem, ação, narração e ética. Ele pretendeu, essencialmente, concentrar-se no argumento filosófico da pessoa. Para Ricouer, “a pessoa é o lar de uma ‘atitude’ à qual podem corresponder ‘categorias’ múltiplas e muito diferentes” (RICOUER, 1992, p. 199). Ricouer limita-se a definir a pessoa por uma “atitude” e o que, em seu entender, pode melhor caracterizar essa “atitude” é a noção de crise. São os anos de crise econômica e social que revelam também uma crise da pessoa. Aos critérios de crise ele enunciou o seu critério de “*engagement*”. O caráter de compromisso é revelado na descoberta da relação circular entre a historicidade do compromisso e a atividade hierarquizante, o que nos permite ver na atitude – pessoa em determinado comportamento em respeito ao tempo. Dito de outro modo, com este critério do

¹ Em Hannah Arendt é pela palavra que os homens “estão entre os homens” (*inter homines esses*) e também alcançam *condição per quam* de toda a vida política, e é na ação que os homens se complementam, pois dependem da presença dos outros para ratificar sua identidade, pois a “pluralidade é a Lei da terra”. (ARENDR, Hannah, *A Condição Humana*, 1989, p.15).

compromisso, Ricouer afirma a virtude da duração de uma fidelidade a uma direção ou causa escolhidas, acolhimento da alteridade e da diferença na identidade da pessoa.

Remontemos aos quatro estrados constitutivos de Ricouer: linguagem, ação, narração e ética. A ideia da pessoa está ligada à linguagem, pois, como disse Ricouer, “se tudo não é linguagem, tudo, na experiência, não acede ao sentido a não ser sob condição de ser transportado à linguagem” (*Ibidem*, 1992, p. 209). Para ele, o agir humano distingue-se do comportamento animal ao ser transformado em linguagem, a fim de ser significativa.

Por meio da relação entre filosofia linguística e filosofia da pessoa, Ricouer tematiza a questão do “eu” e do “tu”, reenvia-nos à noção de compromisso, isto é, eu comprometo-me, no ato da minha afirmação, através da minha linguagem. “É a força ilocucionária dos atos do discurso que exprime o compromisso do locutor no seu discurso” (*Ibidem*, p. 211).

Quanto à problemática ética, Ricouer propõe-nos a seguinte definição em *L’ethos*”: “desejo de uma vida a cumprir – com e para os outros – nas instituições justas” (*Ibidem*, p. 204).

Para Ricouer a narratividade não está desprovida de dimensão normativa, valorativa, prescritiva:

A teoria da leitura advertiu-nos sobre isto: a estratégia de persuasão fomentada pelo narrador visa impor ao leitor uma visão de mundo que nunca é eticamente neutra, mas de preferência induz, implícita ou explicitamente, uma nova avaliação do mundo e do próprio leitor; nesse sentido a narrativa já pertence ao campo ético em virtude da pretensão, inseparável da narração, à correção ética (RICOUER, 1997, p. 429).

Hannah Arendt também se preocupa com a dimensão ética do agir humano na formação da identidade de uma pessoa. Ela coloca a participação como essência da vida política, aponta não a lei como possibilidade de tranquilizar e viabilizar a comunidade, mas a capacidade de fazer acordos. E, para tal, duas faculdades são essenciais para viabilizar este objetivo: a capacidade de perdoar e a de prometer. Elas são recursos capazes de remediar a imprevisibilidade desencadeada pela ação, pois são capazes de desfazer o ato passado e permitir um novo feito. Sem estas faculdades, diz a autora, os homens estariam limitados às consequências de um mesmo ato e, em virtude disso, impossibilitados de recomeçar algo. O homem, ao perdoar, está abrindo caminho para novas possibilidades e, ao prometer, está revelando suas esperanças no futuro – o dom mais precioso concedido ao homem por Prometeu.

Tais modalidades são prerrogativas do homem coletivo. Só o homem na companhia dos seus pares é capaz de perdoar e prometer, o que lhe permitirá exercitar sua criatividade. Fora isso, ele é incapaz de interromper os efeitos de um ato para recomeçar outro. Quando acontece isso, lembra a autora, a consequência é a petrificação e mesmo o fim de uma cultura:

Mas permanece também a verdade de que todo fim na história constitui necessariamente um novo começo; esse começo é a promessa, a única “mensagem” que o fim pode produzir. O começo, antes de tornar-se evento histórico, é a suprema capacidade do homem; politicamente, equivale à liberdade do homem. *Initium ut esset homo creatus est* – “o homem foi criado para que houvesse um começo”, disse Agostinho. Cada novo nascimento garante esse começo; ele é, na verdade, cada um de nós (ARENDDT, *A condição humana*, 1989, p. 531).

Ao contrário do perdão, que sempre foi considerado irrealista, com conotação religiosa, a faculdade de prometer sempre esteve presente em nossa história: “(...) o poder de prometer ocupou, ao longo dos séculos, lugar central no pensamento político” (ARENDDT, *A condição humana*, 1989, p. 531).

Com o ato de prometer é eliminada a imprevisibilidade dos atos humanos. A função da capacidade de prometer é, justamente, resolver a dupla questão: o fato de que o homem deve dominar a si mesmo e governar os outros. Nietzsche viu, com bastante clareza, a relação entre soberania humana e faculdade de fazer promessas (“a memória da vontade”), e é ela que distingue a vida humana da vida animal.

Tanto em Ricoeur, quanto em Arendt, o ato de prometer decorre diretamente do desejo de conviver com outros, na modalidade da ação, do discurso, da linguagem, da narração, e são mecanismos de controle embutidos na faculdade de iniciar processos novos e intermináveis.

A ação é, de fato, a única faculdade milagrosa que o homem possui, como Jesus de Nazaré, que vislumbrou essa faculdade com a mesma originalidade e ineditismo com que Sócrates vislumbrou as possibilidades do pensamento, deve ter sabido muito bem ao comparar o poder de perdoar com o poder mais geral de operar milagres, colocando a ambos no mesmo nível e ao alcance do homem (*Ibidem*, p. 258).

5. Considerações finais

Revista *Estudos Filosóficos* nº 6/2011 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967

<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>

DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG

Pág. 65-74

Ao focar as trajetórias do pensamento de Paul Ricouer e Hannah Arendt, pode-se ver as suas marcas que configuram o espaço constitutivo da identidade do indivíduo diante de si e do mundo, o espaço como constitutivo de uma identidade que torna possível que sujeitos, desde sempre mergulhados na historicidade e linguisticidade, agenciem os fatos de acordo com uma perspectiva de compreensão do mundo que quer comunicar uma certa experiência pessoal e social.

Neste sentido, pode-se dizer que os sujeitos sociais, sob a ótica desses dois pensadores, são ativos narradores ao mesmo tempo em que são narrados, isto é, são formados pelas estruturas narrativas dominantes de seu tempo e, particularmente, dos campos de ação onde estão inseridos.

Em Ricouer e em Arendt o conceito de ação segue e permanece como legado humano e é uma das grandes contribuições à filosofia, principalmente no que diz respeito à reflexão centrada sobre a pessoa, a alteridade, a solicitude e as instituições justas, mas, sobretudo no eco deixado no pensamento atual ao abrir possibilidades de refletir e agir, por si mesmo, como o outro e com o outro.

Os dois sempre se mostraram pensadores comprometidos com a realidade histórica e souberam fundar suas filosofias sobre o respeito do outro e a reciprocidade das relações humanas.

A expressão “com e para os outros”, faz apelo à solicitude no movimento de si para o outro. Aqui, é reconhecido o apelo ético mais profundo, aquele por meio do qual se institui o outro como semelhante e eu próprio como semelhante ao outro, uma igualdade moral pretendida tanto por Ricouer, quanto por Arendt.

As instituições justas defendidas pelos dois comportam a relação com o outro, o outro que é uma pessoa distinta. Não se pode conceber a ação sem “padrões de excelência”, e as estruturas avaliativas e normativas, implicadas nos padrões de excelência, são as instituições. Neste contexto, não se entendem as instituições num sentido político, jurídico ou moral, mas no sentido de uma teleologia reguladora da ação.

Em meio às verdadeiras guerras intelectuais que assolam de forma violenta os meios acadêmicos, os dois pensadores souberam, através de atitudes engajadas, privilegiar a escuta, a atenção profunda à assimetria possível, ao diálogo e ao argumento, sempre respeitáveis ao adversário, principalmente diante dos desconfortos destes tempos modernos e pós-modernos.

Referências:

RICOEUR, Paul. *A identidade narrativa e o problema da identidade pessoal*. Trad. Carlos João Correia. *Arquipélago*, n. 7, p. 177-194, 2000.

_____. *Lectures 2 – La contrée des philosophes*. Paris: Seuil, 1992.

Revista *Estudos Filosóficos* n° 6/2011 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967

<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>

DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG

Pág. 65-74

_____. *Tempo e narrativa*. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1997.

_____. *O si mesmo como um outro*. Trad. Lucy Moreira César. Campinas: Papyrus, 1991.

ARENDR, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____. *Origens do Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. 4. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

MORAES, Eduardo Jardim de; BIGNOTTO, Newton (orgs). *Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

The relationship between narratives identity by Paul Ricoeur politics identity of Hannah Arendt

Abstract: Both Ricoeur, as Arendt believed that any subject's posture in the world and before himself is commitment, is ethical action, is identity. And the other is a *sine qua non* of the subject's identity. The philosophical problem of identity narrative is analyzed in this work to present the solution to the main aporia of traditional philosophical problem of personal identity, which raised questions about the essential criterion in the recognition of ourselves over time. The question of narrative identity and identity politics will have as its starting point in this work, the question of identity narrative of Paul Ricoeur. Second, the same issue will be addressed in order to raise the issue of plurality and ethics in the thought of Hannah Arendt and Ricoeur. Finally, the core issue will close with the question of assurance about the optics of the two thinkers.

Keywords: Narrative identity; Identity politics; Ethics.

Data de registro: 09/12/2010

Data de aceite: 21/03/2011